

Carreira

Instrução Normativa nº 002/2017 disciplina a substituição automática dos membros do Ministério Público de Pernambuco. **Pág. 3**

Palestra

Aumento da criminalidade contra as mulheres na Região Metropolitana do Recife será alvo de debate nos 11 anos da Lei Maria da Penha. **Pág. 3**

Balanco

Realizações do MPPE no primeiro semestre de 2017 são apresentadas a membros e servidores pela Procuradoria-Geral de Justiça. **Pág. 4**

Flores é a 70ª cidade no Pacto dos Municípios pela Segurança Pública

Representantes do MPPE se reuniram com vereadores, prefeito e magistrado para apresentar as medidas que a Instituição propõe para tornar o município mais seguro. Iniciativas de pouco custo que ajudam na redução da violência

O projeto *Pacto dos Municípios pela Segurança Pública*, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), recebeu, em 26 de julho, a adesão da 70ª cidade pernambucana. Os representantes do MPPE se reuniram, na Câmara de Vereadores de Flores, com os poderes Executivo e Legislativo do município para apresentar as iniciativas que podem ser estimuladas para contribuir com uma redução da criminalidade na cidade, que tem pouco mais de 22 mil habitantes.

No evento, o MPPE foi representado pelo promotor de Justiça de Flores, Diogo Gomes, e pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminal (Caop Criminal), promotor Luís Sávio Loureiro. Eles demonstraram as ações, divididas em dez eixos temáticos, que podem ser adotadas pelo poder público municipal para proporcionar mais segurança aos cidadãos.

“Esse projeto foca no combate e, principalmente, na prevenção dos crimes. Porque a criminalidade nasce em algum momento e pode ser enfrentada com iniciativas profiláticas, a fim de evitar que ela venha a se manifestar lá na frente na forma de ataques à vida e ao patrimônio das pessoas”, relatou Luís Sávio Loureiro.

Ele também esclareceu que as medidas sugeridas pelo MPPE são



Foto:AMCS

Flores se comprometeu a implantar medidas dentro do menor tempo possível

de fácil assimilação e adoção pela administração local, indo desde investir na melhoria da iluminação pública, adequar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar, abordar o assunto nas escolas públicas e formular uma política para atender os usuários de drogas.

“Pelo que percebemos, muitas das metas estão encaminhadas. Queremos voltar daqui a seis meses para ver tudo implantado e conferir ao município de Flores o certificado na categoria ouro, prata ou bronze, conforme os resultados”, complementou.

O *Pacto dos Municípios pela Segurança Pública* foi vencedor do

Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2015, na categoria Diminuição da Criminalidade. Lançado pelo MPPE no final de 2013, o projeto certificou, em dezembro do ano passado, seis municípios em reconhecimento ao cumprimento das metas previstas.

Até agora, os municípios de Gravatá e Triunfo receberam a certificação na categoria Ouro, enquanto Jaboatão dos Guararapes e Caruaru receberam o selo Prata. Já a certificação Bronze ficou com as prefeituras de Cachoeirinha, Bezerros e Petrolândia.

Foto:AMCS



Novos promotores

Promotores de Justiça recém-nomeados escolhem os municípios onde vão atuar. Agora só precisam tomar posse. **Pág. 5**

Direitos humanos

Políticas públicas para a população de rua são discutidas em audiência entre MPPE e órgãos competentes. **Pág. 6**



Inscrições

Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor tem inscrições até 17 de agosto. **Pág. 8**

Reconhecimento

Premiados recebem certificado do procurador-geral de Justiça. **Pág.2**



Foto:AMCS

Operação Cidade Luz

MPPE e MPRN se unem contra esquema de corrupção. **Pág. 9**



Foto:AMCS

EDITORIAL

Novos ventos levam ao futuro

Ao apresentar o balanço do primeiro semestre de sua gestão, a Procuradoria Geral do Ministério Público de Pernambuco iniciou uma nova fase, onde as realizações e os planos são comunicados e discutidos em tempo hábil de se colher críticas e sugestões para que projetos vindouros sejam mais aprimorados e amplos.

O procurador-geral, Francisco Dirceu Barros, salientou que a autoavaliação a cada semestre traz mais transparência à gestão como também possibilidade de mais acertos ao se projetar os próximos seis meses.

Pelo balanço, o MPPE conseguiu êxitos importantes, apesar da adversidade criada pelo ambiente de forte restrição orçamentária e financeira.

Para aprimorar ainda mais sua gestão estratégica, a Instituição lança duas pesquisas para que membros, servidores e o cidadão pernambucano possam opinar sobre a atuação do MPPE e quais os focos que se deve ter no novo ciclo de gestão estratégica, que está sendo planejado para os próximos seis anos.

Assim, o MPPE cumpre sua função democrática de consultar variados setores internos e externos em busca de ideias novas e enriquecedoras para um futuro de luta e engajamento, ainda mais de acordo com os anseios do povo pernambucano.

Tenham todos uma boa leitura!
A Redação

PRÊMIO PNCJ

Certificados para vencedores



Premiados do MPPE confraternizaram o procurador-geral, Francisco Dirceu Barros, na entrega dos diplomas

A equipe do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), vencedora do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2017, recebeu, simbolicamente, os certificados concedidos pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, por ocasião do Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação de Justiça (Conbrascom), em Maceió. A entrega dos diplomas foi feita em 11 de julho, no gabinete do procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros. Ele parabenizou servidores e membros que integraram o time que produziu a campanha e kit educativo *Corrupção. Tem Jeito*, que obteve o primeiro lugar da categoria Publicação Especial.

Na avaliação do procurador-

geral de Justiça, a premiação é estendida a todo o Ministério Público de Pernambuco. “Temos valores dentro da instituição que precisam ser evidenciados. Num momento difícil como o que o País está passando, essa premiação é um incentivo para que continuemos a fazer o que a população espera de nós: defender a sociedade”, destacou Francisco Dirceu.

Além da equipe da Assessoria Ministerial de Comunicação Social (AMCS), que concebeu a campanha, foram premiados os coordenadores dos Centro de Apoio e Orientação às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, Mavial Souza, e de Combate à Sonegação Fiscal, José Lopes, e as pedagogas da Escola

Superior do Ministério Público (ESMP) Daniela Donato e Isabel Lima e Silva, além da diretora da ESMP na época da criação da campanha (2015), Deluse Florentino.

A iniciativa do MPPE contempla um kit formado por um jogo da memória, uma cartilha e um folder. Segundo a publicitária Andréa Corradini, da AMCS, que criou a campanha junto com o também publicitário Leonardo MR Dourado, o jogo e a cartilha são direcionados para crianças entre cinco e dez anos de idade e contam com ilustrações do cartunista Samuca. A cartilha teve a linguagem adequada pelas pedagogas. O kit foi distribuído para 50 mil alunos da rede municipal.

EXPEDIENTE

JORNAL PANORAMA
Recife, 01 a 31 de julho de 2017

Nº 89 – Edição digital

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu Barros / Subprocuradora-geral de Justiça em Assuntos Institucionais Lúcia de Assis / Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos Maria Helena da Fonseca Car-

valho / Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos Clênio Valença Avelino de Andrade / Corregedor-geral Paulo Roberto Lapenda Figueiroa / Corregedor-geral substituto Renato da Silva Filho / Ouvidor Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti / Secretário-geral Alexandre Augusto Bezerra / Chefe de gabinete Paulo Augusto de Freitas Oliveira / Coordenador de Gabinete Petrúcio José Luna de Aquino / Assessora Ministerial de Comunicação Social Evângela Andrade /

Jornalistas Alana Moreira, Bruno Bastos, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios, Rafael Sabóia e Wilfred Gadêlha / Publicidade Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado / Estagiários Dayanne Dias e Diego Melo, Lucas Santana e Pedro Morosini (Jornalismo) e Gabriel Buonafina (Publicidade) / Estagiária de nível médio Alessandra Williane / Apoio Administrativo Bruna Vieira e Marli Cruz / Repórter fotográfico Stefano Cavalcanti / JORNAL PANORAMA - Edição Miguel

Rios Projeto Gráfico Leonardo MR Dourado / Diagramação Aluísio Ricardo / Produção Executiva Evângela Andrade / Fotos AMCS.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-240 – Fones (81) 3303 1259 / 1279 Fax (81) 3303 1260 – imprensa@mppe.mp.br

Substituição automática de membros

O procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu Barros publicou, no Diário Oficial de 6 de julho, a Instrução Normativa nº 002/2017, que disciplina a substituição automática dos membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O documento atualiza a Instrução, com a adoção de sugestões encaminhadas pelos coordenadores das 14 Circunscrições Ministeriais e a adequação a manifestações da Corregedoria Geral do Ministério Público.

De acordo com a Instrução Normativa, a substituição dos membros do MPPE em casos de férias ou afastamentos ocorrerá conforme a tabela de substituição automática vigente, na qual constam três possíveis substitutos para cada cargo.

Diante da impossibilidade de aplicação da tabela de substituição automática, há duas possibilidades. Se o afastamento for inferior a 30 dias, o procurador-geral deve designar o substituto, que deve ser um membro da mesma Promotoria, Comarca ou da Comarca mais próxima daquele que será substituído. No caso de o afastamento ser superior a 30 dias, o cargo será ocupa-

do mediante a publicação de edital de acumulação, válido por até um ano.

Ainda segundo a Instrução Normativa, os promotores de Justiça substitutos serão designados pelo procurador-geral para exercício pleno em qualquer cargo vago da Circunscrição em que estiverem lotados ou da Capital, conforme a tabela de substituição automática. Essa medida visa dar eficiência e economicidade na eventual ausência de um promotor de Justiça, garantindo a continuidade da atuação ministerial em defesa do interesse público.

Outro ponto normatizado pelo documento é o procedimento para a comunicação da ausência. O membro do MPPE que vai se ausentar por até 30 dias deve comunicar, com antecedência mínima de 15 dias, o primeiro substituto. Além dessa notificação, o promotor ou procurador de Justiça também poderá encaminhar outras informações que considerar relevantes sobre processos, procedimentos, pauta de audiências, dentre outros.

Caso o cargo do primeiro substituto se encontre vago, o membro



deverá realizar o mesmo procedimento, contatando o segundo nome da tabela de substituição, e assim sucessivamente. Ainda assim, se não for localizado nenhum substituto, o membro deve comunicar o fato ao coordenador da Circunscrição ou à Coordenação Administrativa competente, no caso da Capital, com o prazo mínimo de dez dias antes do afastamento.

Por fim, o promotor de Justiça apontado como substituto pode requisitar ao procurador-geral a dispensa dessa atribuição nos se-

guintes casos: se existir acúmulo de processos na Promotoria de Justiça de sua titularidade; se estiver em exercício cumulativo em mais de duas Promotorias em Comarcas distintas de sua titularidade, ou em três Promotorias, sendo uma na Comarca de sua titularidade; se houver impedimento legal; ou se estiver autorizado a se afastar das suas funções por mais de dez dias.

O texto da Instrução Normativa nº002/2017 pode ser lido na íntegra no Diário Oficial de 6 de julho de 2017.

Palestra sobre 11 anos da Lei Maria da Penha em escola pública

Por meio da Promotoria de Justiça do Ipojuca, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizará a palestra 11 Anos da Lei Maria da Penha no auditório da Escola Municipal Santo Cristo, no Centro da cidade. O evento será em 10 de agosto, às 9h, integrado às comemorações do Dia dos Pais do estabelecimento de ensino. Esse encontro tem por objetivo levar a discussão sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher ao público masculino que faz parte da comunidade escolar.

Para debater o aumento da criminalidade contra as mulheres na Região Metropolitana do Recife, foram convidados a delegada de Polícia Gleide Ângelo, chefe do Depar-

tamento da Mulher da Polícia Civil de Pernambuco, e o juiz de Direito Francisco Tojal, titular da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Cabo e Ipojuca.

Dentre os temas a serem debatidos no encontro estão os avanços e desafios da Lei Maria da Penha e a conscientização sobre a lei no universo masculino. Além de contar com a participação dos integrantes da escola e seus familiares, o MP também enviou convites para os órgãos que lidam diretamente com os atos de violência cometidos contra as mulheres, a exemplo de Fórum e Delegacia, além da Secretaria da Mulher de Ipojuca e proximidades.

Para mais informações o contato



da Promotoria de Justiça de Ipojuca é o (81) 3561-1911, das 8h às 14h.. O endereço da escola é avenida Paulo Emídio do Nascimento, S/N, Centro do Ipojuca.

Lei Maria da Penha – A lei, sancionada no dia 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar

contra todas as mulheres independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião; estabelece medidas de combate as formas da violência doméstica e familiar, ações protetivas e de assistência à mulher em situação de violência, dentre outras.

PGJ faz balanço do primeiro semestre

A Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) apresentou um balanço dos primeiros seis meses de 2017. O plano do procurador-geral, Francisco Dirceu Barros, é repetir a análise das ações e demandas a cada semestre e não mais esperar para prestar contas das realizações.

Durante a reunião com membros e servidores, o procurador-geral apresentou seus atos considerados exitosos, as dificuldades enfrentadas e como lidou com as

adversidades para cumprir obrigações, encontrar recursos e ideias para manter a equipe do MPPE motivada e engajada nos projetos da Instituição, dando o suporte necessário à atividade-fim.

“Estamos inovando. Adotamos a autoavaliação a cada semestre não só para mostrar transparência, como para colher sugestões, críticas e análises de nossos membros e servidores. Avaliamos o semestre passado e também projetamos os planos para os próximos seis meses”, revelou o procurador-geral.

Ao lado de Francisco Dirceu Barros, o chefe de gabinete, Paulo Augusto Oliveira, e o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra, também comunicaram alguns avanços e inovações ocorridos de janeiro a junho de 2017.

“Reunimos aqui procuradores e promotores de Justiça e servidores de diversas áreas importantes do MPPE para compartilharmos informações, que nem sempre eram divulgadas a contento e ficavam exclusivas dos setores. É uma maneira de se corrigir e traçar metas

futuras, planejando e avaliando de forma integrada”, comentou Paulo Augusto Oliveira.

“A gestão teve a capacidade de enfrentar com criatividade, planejamento e organização a adversidade criada pelo ambiente de forte restrição orçamentária e financeira para alcançar nesses primeiros seis meses grandes resultados. Assim, projetamos ações, estabelecendo prioridades, mas sem esquecer do planejamento estratégico do MPPE”, lembrou Alexandre Bezerra.

Entre as ações do primeiro semestre da gestão atual do MPPE estão:

- O destrave do orçamento para pagamento da folha de dezembro e 13º salário.
- Suplementação de R\$ 12 milhões para permitir a nomeação de 21 novos promotores, com perspectiva de mais 20 nomeações até o fim de 2017.
- Criação do plano de contingenciamento sem permitir a descontinuidade dos serviços.
- Abertura de 72 editais (remoção/promoção) para promover movimentação na carreira dos membros.
- Aprovação na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) de três projetos importantes: 1) transformação de cargos, 2) criação do Fundo de Modernização do MPPE, 3) nova redação do Artigo 45, Parágrafo 3º, da Lei Orgânica sobre as regras de remoção da 1ª entrância.
- Encaminhamento do Projeto de Lei referente à licença médica dos servidores.
- Solução e encaminhamento das demandas do Conselho Nacional do Ministério Público relativas às últimas inspeções da Corregedoria Nacional no que cabe à PGJ.
- Inclusão do MPPE no Projeto de Lei sobre o repasse da parcela das taxas de emolumentos (em tramitação).
- Aperfeiçoamento da instrução normativa nº007/15 sobre regras para acumulação.
- Redução, nos primeiros seis meses, do número de procedimentos da Assessoria Técnica Administrativa em aproximadamente 49% do existente encontrado no início da atual gestão. De 525 procedimentos em janeiro, o número caiu para 257 em junho. Além do acervo existente, no período foram distribuídos 180 procedimentos novos, bem como 44 redistribuições, impondo um esforço para que fossem finalizados 478 procedimentos.
- Elaborados e encami-
- nados aos órgãos da Administração Superior 21 atos normativos, consistentes em Resoluções e Instruções Normativas.
- Criação do Comitê de Crise, que possibilitou a articulação emergencial para conferir in loco a tragédia das enxurradas no interior pernambucano, que destruíram inclusive Promotorias de Justiça, assim como garantir a fiscalização do emprego das verbas públicas na ajuda às vítimas.
- Criação de um Grupo de Trabalho para estruturar Promotorias e Procuradorias de Justiça.
- Ativação do Gabinete itinerante, que está percorrendo o Estado, permitindo que o PGJ e equipe ouçam, discutam e resolvam in loco as demandas das promotorias de Justiça.
- Realização de pesquisa, em parceira com a Uninassau,
- com abrangência estadual, para colher a opinião popular sobre o MPPE.
- Início do Programa MPPE DIALOGANDO COM A SOCIEDADE, que busca um contato mais estreito entre a Instituição e a sociedade, que teve sua abertura com a audiência pública para ouvir as demandas dos praticantes de religiões de matriz africana e indígena em 10 de maio deste ano.
- Criação de canais de comunicação como o MPPE INFORMA e DIRETO DA PGJ, aumentando o compartilhamento de informações institucionais. E ainda um contato com a Procuradoria Geral, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES AO PGJ, uma conta no WhatsApp para onde os membros enviam mensagens a Francisco Dirceu Barros e têm suas pendências resolvidas em, no máximo, 48 horas.
- Presença do PGJ nas sessões do pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

INÍCIO DE CARREIRA

Novos promotores escolhem comarcas

Os 21 candidatos convocados do concurso para promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) compareceram ao gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, em 20 de julho, para escolherem as Promotorias em que iniciarão suas carreiras como membros da Instituição. Depois dessa etapa, restam apenas a publicação das nomeações e a posse em 10 de agosto.

Todos foram recebidos pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, pelo chefe de gabinete, Paulo Augusto Oliveira, e pelo secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra, que apresentaram um panorama amplo da Instituição e parabenizaram os futuros promotores de Justiça.

“Sem dúvida a maior realização do MP neste ano é ter conseguido chamar vocês, que vão fazer uma grande diferença para a população. Nós temos muito a construir, por isso damos as boas-vindas a todos”, destacou Francisco Dirceu.

Já o secretário-geral ressaltou que a carreira de promotor é uma jornada difícil e gratificante, lembrando

que os membros do MP são agentes de transformação social. “Quando comecei minha carreira de promotor, vim com essa vontade de mudar o mundo; espero que vocês tenham essa mesma intenção”, afirmou. O chefe de gabinete também expressou a sua satisfação com a conclusão de mais uma etapa da chegada dos novos membros do MPPE, destacando que o objetivo

comum é o fortalecimento da Instituição.

O candidato Ivan Viegas de Andrade disse que a escolha da Promotoria em que pretende atuar tem impacto muito grande. Segundo ele, que é pernambucano e já atua como membro do Ministério Público de Alagoas, “a vontade de estar perto da família aqui em Recife ajudou bastante na escolha”.

Já Maria Cecília Soares Tertuliano informou que realizou a escolha da Comarca onde pretende atuar com alegria. “É de uma necessidade inestimável para o Ministério Público e para a sociedade a chegada de novas pessoas. Estamos aqui para fortalecer ainda mais essa Instituição que é tão relevante para a proteção dos interesses da sociedade”, complementou.



Recém-nomeados promotores de Justiça do MPPE tiveram a oportunidade de decidir em qual município vão atuar

ATIVIDADE REFLEXIVA

Altruísmo e os benefícios no ambiente de trabalho

O auditório da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco recebeu, em 26 de julho, a palestra *Decifrando o Código do Altruísmo*. Promovido pelo Departamento Ministerial de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DMDRH), o evento teve como objetivo mostrar o poder do altruísmo a favor da população e como ele pode contribuir para a construção de um mundo melhor.

“A ideia da palestra nasceu através de um documentário chamado *A Revolução do Altruísmo*, no qual o monge budista e estudioso Matthieu Ricard, que realizou diversas pesquisas dentro do budismo, chegou à conclusão de que, através da meditação, é possível alcançar

um nível de felicidade interior onde a compaixão seja o sentimento mais presente em sua vida, relacionando assim a felicidade de tudo e de todos. Com isso, ele percebeu que o altruísmo é um caminho para uma vida mais plena, tanto individual ou comunitária”, salientou a palestrante, Natália Aparecida Tavares, que é especialista em Gestão de Pessoas.

Já a terapeuta sistêmica com formação em Constelação Sistêmica Familiar Scheila Gomes, que também ministrou palestra, explicou que “trazendo para o âmbito do Ministério Público, que atinge diversas vertentes como uma Instituição que trabalha com o rigor da justiça e ética, a forma como seus integrantes poderão lidar com o público

será mais harmoniosa, sem aquele engessamento, e sim com um olhar mais amplo e humano”, concluiu.

Mediante atividades e meditação, as palestrantes conduziram os parti-

cipantes a reflexões, a fim de permitir aos participantes buscar e encontrar respostas sobre o conceito e entendimento do altruísmo na prática, em especial no local de trabalho.



Evento mostrou o poder do altruísmo como motivador de relações melhores

Políticas para a população de rua

Em audiência com a Gerência de Garantia de Políticas para População de Rua da Prefeitura do Recife e com a coordenação do Centro Pop Glória, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) discutiu, em 17 de julho, a implementação de uma política pública e de ações governamentais voltadas para a população em situação de rua na cidade do Recife.

Segundo o promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos da Capital, Maxwell Vignoli, a reunião faz parte de um procedimento instaurado pelo MPPE para assegurar a melhoria do serviço do Centro, com a adoção de alguns ajustes e melhoria nos planos de atendimento. “Em alguns aspectos o município avançou, porém muito do que foi definido desde 2013 não chegou a ser executado, dentre eles especificamente a questão do concurso público que precisa ser realizado para suprir cargos e possibilitar uma melhor atuação. Mas houve certos avanços, porque a Gerência demonstrou o início de exe-

cução do planejamento”, declarou o promotor de Justiça.

Ainda segundo o promotor, as melhorias no serviço do Centro Pop Glória exigem a atuação conjunta de outras secretarias e órgãos municipais. Por esse motivo, foi marcada uma nova audiência, para 11 de setembro. O MPPE convocará outras secretarias municipais para buscar um consenso, visando uma efetiva implementação da política pública para a população de rua do Recife.

Bartyson Sousa, coordenador do Centro Pop Glória, ressaltou a importância da audiência para um melhor atendimento no Centro. “Conseguimos mostrar ao Ministério Público que a população de rua demanda um olhar ampliado, que não é só a Assistência Social que vai dar conta das demandas. Também precisamos ter um diálogo ampliado com outras políticas, sejam elas de saúde, emprego e renda, habitação. Acredito que ficou bem evidente que vamos ter um trabalho continuado”, disse o coordenador.

Saiba mais – O Centro Pop é um serviço oferecido às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de veículos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a reconstrução de novos projetos de vida. O município do Recife dispõe de

duas unidades estatais de atendimento especializado a este público: Centro Pop Glória e Centro Pop Neusa Gomes.

No Centro Pop Glória, em maio deste ano, foram contabilizados 778 atendimentos, com a oferta de serviços como higienização, identificação de direitos violados, encaminhamentos para lugares de acolhimento, resgate de documentação, dentre outros.



Foto:AMCS

Promotor Maxwell Vignoli reconhece avanços, mas cobra compromissos

REGULAMENTAÇÃO

Política nacional de comunicação para o Ministério Público

O Ministério Público brasileiro conta, desde o último 20 de julho, com uma política nacional de comunicação social. O assunto consta da Recomendação nº 58/2017, publicada na edição nº135 do Diário Eletrônico do CNMP, páginas 9 a 12.

A norma foi aprovada em 5 de julho, por unanimidade, durante a 3ª Sessão Extraordinária de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

A proposta foi apresentada pelo corregedor nacional do Ministério Público, Cláudio Portela, e relatada, inicialmente, pelo conselheiro Otavio Brito. Após debates, o texto recebeu adequações sugeridas pelos conselheiros

Fábio George Cruz da Nóbrega, Otavio Brito e Orlando Rochadel.

A Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro foi instituída a fim de regulamentar a comunicação social da instituição e garantir seu alinhamento aos princípios constitucionais da Administração Pública e ao Planejamento Estratégico Nacional.

De acordo com a recomendação, a comunicação social do Ministério Público orienta-se, entre outros, pelos princípios da impessoalidade, da publicidade, da transparência, do respeito aos direitos fundamentais, da verdade e da acessibilidade.

Ainda conforme a norma, o Mi-

nistério Público deve estabelecer canais de comunicação que estimulem o debate e a participação de cidadãos e de integrantes da instituição.

A divulgação de informações ao cidadão será completa, precisa, acessível e de qualidade, respeitadas as especificidades dos diferentes públicos, os direitos fundamentais e as questões de acessibilidade para pessoas com deficiência, ressalvado quetsão de sigilo legal.

O texto estabelece que a comunicação, no âmbito do Ministério Público, é uma atividade institucional e deve ser orientada por critérios profissionais, como parte integrante das atividades ministeriais tanto no

campo finalístico quanto na gestão, de responsabilidade de todos os seus integrantes.

Por sua vez, o artigo 7º da recomendação dispõe que a comunicação institucional deverá ser elaborada e divulgada pelo setor responsável pela comunicação social, a fim de manter a unidade e o caráter impessoal.

Para os fins desse artigo, comunicação institucional deve ser entendida como o conjunto de procedimentos e práticas, adotadas no âmbito da atividade de gestão, destinadas a divulgar os valores, os objetivos, a missão e as ações desenvolvidas pelo Ministério Público com o propósito de construir sua imagem junto à sociedade.

Congresso Nacional sobre consumidor

A Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP) informa que estão abertas até 17 de agosto as inscrições para o 17º Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor, com o tema *Os reflexos da crise brasileira e das inovações do Código do Processo Civil na defesa do consumidor*, a ser realizado pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com a Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCon), nos dias 23 a 25 de agosto, no Mar Hotel Conventions, localizado na Rua Barão de Souza Leão, 451, Boa Viagem, Recife.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas através do site do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), pelo link www.mppe.mp.br, até o dia 17 de agosto ou até o preenchimento das 300 vagas disponíveis para membros, servidores e estagiários universitários do Ministério Público Brasileiro, profissionais vinculados a PROCONs, Vigilância Sanitária,



agências reguladoras e ONGs atuantes na defesa do consumidor, além de advogados e estudantes universitários interessados no tema.

Para o recebimento do certificado, os inscritos deverão comparecer a, no mínimo, 75% da carga horária do evento. Os temas a serem debatidos no congresso incluem o modelo brasileiro de serviço de internet, a solução dos conflitos de consumo dentro e fora do processo judicial, superendividamento e práticas abusivas, segurança dos alimentos, dentre

outros.

O evento tem o intuito de atualizar os profissionais e atuantes na área de Defesa do Consumidor, com palestras de estudiosos da área. “O evento trará atualização sobre o tema para os promotores e órgãos que atuam na área, fazendo com que agreguem conhecimento e desenvolvam uma melhor atuação na defesa do consumidor”, complementa a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, promotora de Justiça Liliane da Fonseca.

Saiba mais – A Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCon), realiza todos os anos o encontro, que se iniciou em 25 de maio de 2001, ano de sua fundação. O MPCon é uma associação civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos, com sede permanente na cidade de Brasília. Ela desenvolve trabalhos de caráter científico, técnico e pedagógico, congregando promotores de Justiça e procuradores de Justiça do MP brasileiro com atuação na defesa do consumidor de todas as regiões do Brasil.

ACERVO

Restauração de documentos atingidos pela enchente

As chuvas intensas que devastaram a cidade de Belém de Maria causaram grandes prejuízos à população. Não foi diferente com o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), cuja sala, no Fórum da cidade foi invadida pela água. Para evitar a perda de documentos importantes, a Instituição está efetuando um trabalho de higienização e salvamento de parte do acervo em papel que foi danificado.

O material foi trazido à Divisão Ministerial de Arquivo Histórico (Dimah) no dia 1º de junho. Boa parte dos documentos estava molhada e suja de lama, em processo de decomposição, rasgada ou esfarelada. De início, a Divisão realizou uma triagem dos documentos a fim

de identificar quais poderiam ser descartados, conforme estabelece a Política de Gestão de Documentos do MPPE, que define durante quanto tempo cada tipo de documento deve ser arquivado. Os técnicos também identificaram todos os documentos que possuíam registro no sistema Arquimedes, ou seja, que poderiam ser restaurados a partir de computadores. Por fim, foram priorizados os documentos que devem ser mantidos em arquivo e que não continham cópias digitais, a exemplo de procedimentos administrativos, recomendações, pareceres cíveis e criminais.

A Dimah conseguiu, com essa priorização, reduzir o volume de documentos a serem salvos, de um total

de cerca de 40 caixas para apenas três. Essa é a quantidade de documentos que efetivamente estão passando pelo processo de recuperação. Segundo explicou a gerente da Divisão Ministerial de Arquivo, Carolina Mendes Cahu, o MPPE contou com o apoio de um técnico em conservação e restauro do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. “Já temos parceria com o Arquivo Público desde a enchente de 2010, que também atingiu a Mata Sul. No caso dos documentos de Belém de Maria, decidimos por preservar os documentos mais importantes do ponto de vista histórico”, detalhou Carolina Cahu.

A higienização e conservação dos documentos segue uma rotina de

procedimentos. Primeiro, o que é recebido é acondicionado em uma geladeira, a fim de retardar o processo de decomposição do papel e impedir o surgimento dos fungos. Em seguida, os documentos são lavados em água com hidróxido de cálcio e separados, ainda imersos, folha a folha. Todas as folhas são separadas com um tecido, para evitar que se grudem, e prensadas durante dois dias. O próximo passo é a secagem da documentação em um varal, abrigado do sol e do vento. Depois de seco, o papel é planificado com água e uma cola especial, que auxilia na refibragem dos documentos. Ainda há a limpeza e reparo do papel e, por fim, o acondicionamento em caixas-arquivo.

GT de enfrentamento à violência sexual

Em reunião realizada a 20 de julho, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, os integrantes do Grupo de Trabalho para Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes definiram o cronograma de atuação para uma caravana, que percorrerá o Estado de Pernambuco a partir do início do mês de outubro.

De acordo com o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), promotor Luiz Guilherme Lapenda, a iniciativa visa abranger todo o Estado, com ênfase nos municípios onde existem maiores índices de crimes e exploração sexual de crianças e adolescentes. A primeira parada é a cidade de Goiana.

“Nosso objetivo é mostrar o assunto, conscientizar a população, prevenir e criar diretrizes de proteção e repressão contra os responsáveis por tais condutas, que causam gravíssimos males físicos e psíquicos nas vítimas”, destacou Lapenda.

Ele também explicou que a caravana consistirá de reuniões públicas com vários atores sociais a fim



Foto:AMCS

GT busca conscientizar população sobre prevenção e reconhecimento da violência sexual contra crianças e adolescentes

de orientar a criação de um fluxo para a responsabilização criminal dos responsáveis pelas práticas de exploração sexual contra menores de 18 anos.

Grupo – O GT foi formado como um desdobramento de uma audiência pública sobre o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias que

cortam o Estado, realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Fazem parte do grupo o Ministério Público de Pernambuco, Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), Alepe (através da deputada Simone Santana, presidente da Comissão da Primeira Infância), Polícia Civil, SDSCJ, Polícia

Rodoviária Federal, Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude (SDSCJ), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco (Fepetipe) e Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec).

PALESTRA

Violência de gênero no Direito Penal em debate no MPPE

A Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP) realizou, em 7 de julho, no auditório da Procuradoria Geral do Estado, a palestra *Violência de Gênero no Direito Penal: uma análise desde a perspectiva do Direito comparado*, com o objetivo de abordar questões de gênero sob a perspectiva teórico-prática e sua relação com o Direito Penal e com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Segundo o Diretor da ESMP, procurador de Justiça Sílvio Tavares, o intuito da ESMP em levar ao público interno e externo esse debate foi o de preparar e capacitar os membros, servidores e parceiros do Ministério

Público de Pernambuco (MPPE) sobre a temática. “Se tivermos o conhecimento, formamos opiniões; formando opiniões, sedimentamos conhecimento e com isso conseguimos prestar o serviço para a sociedade com maior qualidade” complementa.

A palestrante Marcella da Fonte, advogada e professora da Universidad de Las Américas (UDLA) levou o debate sobre o tema, fazendo uma análise comparativa entre o Direito Penal do Brasil e de vizinhos sul-americanos como Argentina e Equador.

Sobre a questão da violência de gênero, a palestrante destacou que ela vai além da violência física, incluindo diversas ações contra a s mulheres,



Foto:AMCS

Direito Penal brasileiro foi comparado ao de países vizinhos latino americanos como violência psicológica, sexual, econômica ou patrimonial, simbólica, institucional, laboral, obstétrica, intrafamiliar e contra a liberdade reprodutiva.

Ela também demonstrou a efetivi-

dade na aplicação das leis no Brasil, Argentina e Equador. Nos últimos dois países, proteção de gênero é integral, diferentemente do Brasil onde apenas incide sobre a violência doméstica.

MPs CONTRA CORRUPÇÃO

Operação Cidade Luz desarticula esquema

A Operação Cidade Luz, deflagrada pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) com apoio do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), cumpriu 12 mandados de busca e apreensão e cinco de prisão no Estado de Pernambuco, Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Fernando de Noronha, além de outros nove nas cidades de Natal e Parnamirim, em 24 de julho. A Operação investiga o desvio de R\$ 22.030.046,06 da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Natal (Semsur), referentes a superfaturamento na contratação de serviços de manutenção e decoração do parque de iluminação pública da capital potiguar.

“Trata-se de uma investigação que já dura cerca de dois anos”, comentou o promotor de Justiça do MPRN Sílvio Brito, um dos 12 promotores do Rio Grande do Norte que vieram a Pernambuco por conta da Cidade Luz.

Segundo as investigações, as empresas envolvidas no esquema de corrupção são todas pernambucanas. São elas Alclog, Ancar, Enertec, FGTech, Geosistemas, Lançar, Real Energy e Servlight. Elas foram beneficiadas com contratos firmados com a Semsur no montante de R\$ 73.433.486,86. “Temos informações de que houve superfaturamento médio de 30% nas contratações”, esclareceu Sílvio Brito.

Foram presos em Pernambuco Maurício Ricardo de Moraes Guerra, Jorge Cavalcanti Mendonça e Silva, Alberto Cardoso Correia do Rêgo Filho, Epaminondas da Fonseca Ramos Júnior e Maurício Custódio Guarabyra. Eles foram encaminhados ao Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Luna (Cotel), na cidade de Abreu e Lima.

No Rio Grande do Norte, foram presos Adelson Gustavo



Procurador de Justiça do MPPE Ricardo Lapenda e promotor de Justiça do MPRN Sílvio Brito falam sobre a operação

Coelho Ponciano, Antônio Felipe Pinheiro de Oliveira, Antônio Fernandes de Carvalho Júnior, Daniel Fernandes Ferreira de Melo, Jerônimo da Câmara Ferreira de Melo, Kelly Patricia Montenegro Sampaio Alves, Sergio Pignataro Emerenciano e Valério Max de Freitas Melo. Além deles, foram presos preventivamente Allan Emmanuel Ferreira da Rocha e Felipe Gonçalves de Castro.

A Justiça também determinou o afastamento do presidente da Câmara Municipal de Natal, Raniere Barbosa, que deixou o cargo de secretário de Serviços Urbanos da capital potiguar em 2014 para assumir o mandato de vereador. Ele é apontado, nas investigações, junto com o então secretário adjunto, Sérgio Emerenciano, e o então Diretor de Iluminação Pública, Antônio Fernandes Júnior,

como responsável por atuar para garantir o domínio do cartel de empresas sobre os contratos dos serviços de iluminação pública da capital do Rio Grande do Norte.

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) deu suporte à Cidade Luz cedendo salas e equipamentos em seus prédios para que a equipe potiguar pudesse ouvir os suspeitos e elaborar documentos, além de agentes do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais do MPPE (Gaeco) que acompanharam as prisões e apreensões junto a polícias militares de Pernambuco. As investigações foram conduzidas pela 35ª Promotoria do Patrimônio Público do MPRN e pelo Gaeco do MPRN.

“Faz parte da metodologia dos Ministérios Públicos brasileiros apoiar as ações uns dos outros e

compartilhar informações. Essa operação se deu de forma tranquila em Pernambuco, com todos os alvos localizados”, revelou o coordenador do Gaeco do MPPE, procurador de Justiça Ricardo Lapenda.

O promotor de Justiça Sílvio Brito alertou também que o esquema fraudulento pode ser ainda maior, pois existem indícios de que as empresas investigadas tenham ligações contratuais com outras prefeituras do Rio Grande do Norte.

“O que temos de concreto, no entanto, é que estas empresas monopolizavam os contratos de serviços de iluminação pública da Semsur, pelo menos, desde 2013, mediante controle de mercado, corrupção de agentes públicos, peculato, lavagem de capitais e fraudes nas licitações e contratação direta”, afirmou Brito.

Pesquisas para traçar próximo ciclo



Continuam a pleno vapor as atividades de planejamento do novo ciclo de gestão estratégica do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que será executado no período de 2018 a 2023.

Recentemente foi concluída a atividade de revisão documental, que visa aferir inovações utilizadas por outros MPs no processo de elaboração do Planejamento Estratégico e identificar lições aprendidas, através de análise comparativa do Planejamento Estratégico do MPPE em relação ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), além da revisão da documentação do Planejamento Estratégico MPPE nos ciclos 2005-2008 e 2009-2012 e análise

do relatório de inspeção do CNMP.

“Estamos construindo nosso novo ciclo de gestão estratégica de forma a direcionar e aprimorar a nossa atuação nos próximos anos, buscando atender aos anseios da sociedade pernambucana. Mas, para tanto, é preciso ouvir as pessoas que compõem o MPPE e, principalmente, os destinatários de nossas ações, que são os cidadãos pernambucanos. Compreender como eles entendem que devemos seguir trabalhando”, explicou o assessor técnico em matéria administrativa, promotor de Justiça Antônio Fernandes.

Aos membros e servidores da Instituição foi disponibilizado um formulário de pesquisa, no ambiente principal da intranet do MPPE, para aferir o nível de conhecimento pessoal

sobre o atual ciclo de Gestão Estratégica. Quem tiver seu celular cadastrado no MPPE Informa também poderá acessar a link e responder o questionário. Até 18 de agosto, membros e servidores poderão responder às questões.

Para representantes da sociedade civil e de órgãos públicos da União, estados e municípios, também será, em poucos dias, disponibilizado outro formulário de pesquisa com o objetivo de avaliar o relacionamento e a atuação deles com o MPPE.

As perguntas das pesquisas são simples e servirão para coleta de sugestões sobre a linha de atuação para o próximo ciclo de Gestão Estratégica.

Tais instrumentos, aliados à pesquisa O MPPE na Perspectiva do Ci-

dadão Pernambucano, recentemente realizada e disponível neste link, e à realização do seminário “Ministério Público de Pernambuco e Movimentos Sociais”, que ocorrerá em 18 de agosto, no Centro de Formação de Servidores e Empregados Públicos do Estado de Pernambuco (CFOSP), auxiliarão a traçar diretrizes estratégicas para os próximos seis anos.

“Vamos também identificar o perfil regional de cada colaborador e representante da sociedade civil e de órgãos públicos para entender a realidade de cada localidade”, salientou Fernandes. “Nossa intenção é planejar as ações do Ministério Público com base na coleta de opiniões mais ampla possível da população”, afirmou ele.

XVII Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor

Recife/PE

23 a 25 de agosto de 2017

Mar Hotel

